

Fora de Foco

NA discussão do problema da dívida externa brasileira o essencial é partir do reconhecimento de que a negociação encetada desde o ano passado chegou a bom termo. Não só os débitos do biênio 1983/84 encontram-se plenamente equacionados, como dispomos de cobertura bancária para assegurar a normalidade do intercâmbio com o exterior. As disponibilidades em forma de reservas estão sendo restauradas. Não há nada de dramático nessa matéria, estando plenamente superado o clima que se seguiu à *rejeição* de inadimplência do México. Mais importante ainda é registrar que o programa de conseguir saldos crescentes na balança comercial vem sendo cumprido com êxito, devendo o superávit alcançar US\$ 9 bilhões ou mais até dezembro. Semelhante desempenho cria condições as mais favoráveis para a nova rodada de negociações, prevista para o último quadrimestre do ano, com o propósito de promover o reescalonamento dos débitos de curto prazo, abrangendo presumivelmente o próximo triênio.

As possibilidades de melhoria do perfil de nossa dívida externa dependem muito mais de nós próprios que dos nossos credores. A hipótese de converter parte de tais créditos em capital de risco exigiria mudanças na mentalidade hostil ao capital estrangeiro, vigente em amplos setores da administração, em especial o afã de tudo converter em questão de segurança nacional ou a insistência na liderança estatal num sem-número de atividades econômicas. As dimensões da dívida decorrem, em grande parte, da decisão de estatizar o maior número possível de empreendimentos. Afora isto, não se pode desconhecer que o ano de sucessão presidencial não é propício a compromissos de maior profundidade.

A única coisa que não poderia ter acontecido era fazer de conta que nada havia se alterado e retornar à

discussão ao nível do ano passado, ressuscitando teses inteiramente superadas da Cepal, defasadas algumas décadas do curso da economia mundial, ou a surrada idéia da moratória, que refluía para os segmentos mais irresponsáveis da esquerda. Pois foi precisamente o que aconteceu, pela mão do Itamarati.

O empenho de constituir um Clube de Devedores será inevitavelmente levado ao ridículo. Contando com o apoio de Cuba, a quem pensamos ameaçar? Os aliados eventuais do Sr Saraiva Guerreiro, como as Chancelarias argentina e mexicana, representam países que se encontram numa situação mais favorável que o Brasil, já que não dependem de importações de petróleo. E onde fica, no esquema do Clube dos Devedores, o propósito mexicano de aproveitar a crise do Golfo para implementar nova escalada de preços do óleo bruto?

Cada país encontra-se diante de uma situação peculiar em face de sua própria dívida externa, que não comporta de modo algum soluções genéricas. A par disto, a Turquia e a Coreia do Sul conseguiram não só acordos satisfatórios com os credores como se encontram no caminho da reanimação econômica. Deste modo, é falso o argumento de que a receita ortodoxa não dá certo. A experiência recente sugere justamente o contrário. Os países desenvolvidos, inclusive a França socialista, estão superando as dificuldades decorrentes das duas crises do petróleo combatendo energicamente a inflação com recurso aos meios clássicos.

Pelo seu Ministério do Exterior, o Governo João Figueiredo presta um enorme desserviço à Nação, ao procurar o aplauso inconseqüente de platéias terceromundistas quando os reais interesses do país, em matéria de política externa, encontram-se no Ocidente desenvolvido.